

ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

> PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 004/2021

1. PREÂMBULO

1.1 Torna-se público para conhecimento dos interessados que a Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios, sediada à Estrada da Usina Velha, nº 600, Centro, Armação dos Búzios - RJ, 28950-000, através da Coordenadoria Especial de Licitações, conforme Solicitação da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, critério de julgamento Menor Preço Global, pelo regime de Empreitada por Preço Unitário, cujo objeto será a contratação de empresa para serviço de colocação e retirada de caçambas estacionárias para retirada de entulhos e cascalhos diversos no município de Armação dos Búzios, conforme descritos no Termo de Referência - Anexo I,

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O Procedimento licitatório será conduzido pelo Sr. Pregoeiro, designado pelo Decreto Municipal nº 1.573 de 11 de fevereiro de 2021, e será regido primordialmente pela Lei Federal n° 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 1.200/2019.

3. DA SESSÃO INICIAL DO CERTAME

Data da sessão: 24/05/2021

Horário: 10 horas (Horário de Brasília)

Local: Estrada da Usina, nº 600, Centro – Armação dos Búzios.

Secretaria Solicitante: Secretaria Municipal de Serviços Públicos.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

Objeto: Contratação de empresa para contratação de empresa para serviço de colocação e retirada de caçambas estacionárias para retirada de entulhos e cascalhos diversos no município de Armação dos Búzios

4. ANEXOS DO EDITAL

- 4.1. Integram este edital os seguintes Anexos:
 - I. Termo de Referência
 - II. Planilha Orçamentária
 - III. Modelo de Proposta de Preços
 - IV. Modelo de Carta de Credenciamento
 - V. Declaração Relativa a Trabalho de Menores
 - VI. Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação
 - VII. Modelo de Declaração de ME, EPP ou MEI
 - VIII. Declaração de Inexistência de Impedimento de Licitar ou Contratar com a

 Administração e que a empresa não possui servidor público em seus quadros
 - IX. Modelo de Declaração de Declínio de Visita Técnica
 - X. Modelo de Declaração de Visita Técnica
 - XI. Modelo de Declaração de Ausência de Parentesco
 - XII. Cronograma de Desembolso
 - XIII. Minuta de Contrato

OBJETO

5.1 Contratação de empresa para serviço de colocação e retirada de caçambas estacionárias para retirada de entulhos e cascalhos diversos do Município de Armação dos Búzios- RJ.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

> PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

6. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 6.1. O prazo de vigência do contrato que decorrer desta licitação será de 12 (doze) meses.
- 6.2. O prazo determinado para início da execução contratual poderá ser prorrogado, desde que ocorra comprovadamente algum dos motivos elencados no §1º do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 6.3. O contrato decorrente da licitação poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação decorrente desta licitação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, na forma prevista no inciso II do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

7. PREÇO ESTIMADO

7.1. O preço global estimado da presente licitação é de R\$405.417,96 (quatrocentos e cinco mil e quatrocentos e dezessete reais e noventa e seis centavos) conforme PLANILHA DE CUSTOS – ANEXO II deste Edital.

8. <u>RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS</u>

8.1. As despesas decorrentes das obrigações assumidas com a presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

FONTE: 049

PROGRAMA DE TRABALHO: 1545200262048

NATUREZA DA DESPESA: 33903900

FICHA REDUZIDA: 652





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

9. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

- 9.1. Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem às seguintes exigências:
 - 9.1.1. Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa:
 - 9.1.2. Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.
 - 9.1.2.1. Para tais efeitos, entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.
 - 9.1.3. Atendam às condições exigidas neste Edital e em seus Anexos.

10. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

10.1. Poderão participar do certame as empresas cumpram os requisitos legais para efeito de qualificação como MICROEMPRESA, e EMPRESA DE PEQUENO PORTE e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando aptas a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 48 da mencionada Lei, não havendo.9-**8 fatos supervenientes impeditivos da participação no presente certame; 10.2. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

- 10.3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- 10.4. A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

11. <u>VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME</u>

- 11.1. Não poderão concorrer neste Pregão as sociedades empresárias e empresários:
 - 11.1.1. Suspensas temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração Estadual Direta e Indireta, nos termos do inciso III, do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93, ou do artigo 7° da Lei Federal n° 10.520/02;
 - 11.1.2. Impedidas de participar da licitação, nos termos do inciso IV, do art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;
 - 11.1.3. Em consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

- 11.1.4. Quando tratar-se de Serviço, as constituídas sob a forma de sociedades cooperativas de mão-de-obra, tendo em vista que a natureza do serviço e o modo como é usualmente executado no mercado demandam a existência de vínculo de subordinação jurídica entre os profissionais e a contratada, bem como estão presentes os elementos de pessoalidade e habitualidade, conforme artigos 4º, inciso II, e 5º, da Lei Federal 12.690/2012 e a Súmula 281 do TCU;
- 11.1.5. Que estiverem em concordata, em recuperação judicial, recuperação extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial.
 - 11.1.5.1. Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.
- 11.1.6. Proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, § 8º, V, da Lei Federal nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais);
- 11.1.7. Empresário ou sociedade empresária cujos sócios majoritários, nos termos do art. 12, inciso III, da Lei nº 8.429/92, estiverem proibidos de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica (Lei da Improbidade Administrativa);
- 11.1.8. Que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93.
 - 11.1.8.1. Entende-se por "participação indireta" a que alude o artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

WA .



ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

- 11.1.9. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.
- 11.1.10. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- 11.2. Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

12. CREDENCIAMENTO

- 12.1. As empresas participantes poderão ser representadas na sessão do pregão por seu preposto legal, munido dos seguintes documentos:
 - a) ORIGINAL E DE CÓPIA DA SUA CARTEIRA DE IDENTIDADE, OU DE OUTRA EQUIVALENTE COM FOTO;
 - b) <u>DOCUMENTO CREDENCIAL QUE LHE DÊ PODERES EXPRESSOS PARA PARTICIPAÇÃO</u>

 NA LICITAÇÃO, PRATICANDO TODOS OS ATOS QUE LHE SÃO PERTINENTES;
 - c) <u>DECLARAÇÃO QUE DE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO</u>
 (ANEXO VI), NOS TERMOS DO ART. 4º, VII, DA LEI Nº 10.520.2002;
 - d) <u>DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE SOCIETÁRIO OU DE PESSOAL SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA OU EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA OU DE SOCIEDADE DE ECONOMIA, BEM COMO QUE NÃO POSSUI QUALQUER OUTRO IMPEDIMENTO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ANEXO XI);</u>
 - e) <u>AS LICITANTES QUE SE ENQUADRAREM COMO MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, PARA UTILIZAREM AS PRERROGATIVAS ESTABELECIDAS NA LEI COMPLEMENTAR № 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, DEVERÃO APRESENTAR, </u>





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

FORA DOS ENVELOPES, DECLARAÇÃO DE QUE OSTENTAM ESSA CONDIÇÃO E DE QUE NÃO SE ENQUADRAM EM NENHUM DOS CASOS ENUMERADOS NO § 4º DO ART. 3º DA REFERIDA LEI (ANEXO VII).

- 12.1.1. A documentação mencionada acima deverá ser entregue ao pregoeiro de forma avulsa, fora de qualquer envelope, antes do início da sessão.
- 12.1.2. Entende-se por documento credencial:
 - a) contrato social, quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemelhada da empresa licitante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
 - b) procuração ou documento equivalente da licitante com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste pregão, juntamente com o contrato social, identificando/qualificando o sócio e/ou administrador que assinar o documento.
- 12.1.3. A não apresentação das declarações constantes nos itens "c" e "d" ensejará o impedimento da participação da empresa no certame;
- 12.1.4. A não apresentação da declaração constante no item "e", ou de qualquer outro meio de prova capaz de identificar sua condição empresarial, ensejará a inaplicação das prerrogativas estabelecidas pela Lei 123/2006, para a participação no certame;
- 12.1.5. A apresentação de quaisquer declarações ou documentos falsos poderá ensejar, além das punições administrativas pertinentes ao caso, a persecução penal por eventual crime cometido contra a Administração Pública.
- 12.2. As licitantes poderão apresentar mais de um representante ou procurador, ressalvada ao pregoeiro a faculdade de limitar esse número a um, se considerar indispensável ao bom andamento das sessões públicas.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

- 12.2.1. É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório das licitantes envolvidas.
- 12.2.2. O credenciado poderá ser substituído por quantas vezes for necessário, para o bom andamento do certame, inclusive durante a sessão já aberta.
- 12.3. Serão aceitas propostas encaminhadas por meros portadores que não estejam munidos dos documentos de credenciamento. A ausência desta documentação implicará a impossibilidade da formulação de lances após a classificação preliminar, bem como a perda do direito de manifestar intenção de recorrer das decisões do pregoeiro, ficando o representante da licitante impedido de se manifestar durante os trabalhos.
- 12.4. Os documentos apresentados para o credenciamento deverão estar em plena validade e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial. A exibição do documento original ao pregoeiro dispensa a autenticação em cartório.
- 12.5. A apresentação dos documentos elencados no item 14.1. é própria e exclusiva à fase de Credenciamento, sendo dispensada nova apresentação no envelope/fase de habilitação;
 - 12.5.1. Quaisquer outros documentos apresentados na fase de credenciamento serão desconsiderados e devolvidos imediatamente ao representante da empresa, sendo vedada sua inclusão nos envelopes que já estejam lacrados e/ou entregues à comissão.

13. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS

13.1. No local, dia e hora previstos neste edital, em sessão pública, a comissão de pregão prestará os esclarecimentos sobre a condução do certame aos interessados ou seus representantes que:





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

13.1.1. Entregarão, em envelopes opacos, tamanho ofício, distintos "A" e "B" e devidamente lacrados, nos termos abaixo, a proposta e os documentos exigidos para a habilitação, respectivamente, constando na parte externa a razão social e o endereço da proponente.

13.1.1.1. No envelope contendo a proposta comercial:

ENVELOPE "A" "PROPOSTA COMERCIAL" PREGÃO N° XX/20XX IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

13.1.1.2. No envelope contendo a documentação:

ENVELOPE "B" "DOCUMENTAÇÃO" PREGÃO N° XX/20XX IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

13.1.1.3. Os dois envelopes deverão estar endereçados da seguinte forma:

À Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios.

A/C do Pregoeiro

Estrada da Usina, 600 - Centro, Armação dos Búzios - RJ, 28950-000.

13.1.1.4. O envelope deverá estar devidamente identificado com as informações básicas da licitante (Razão Social e CNPJ), através de etiqueta, carimbo, impressão,





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

escrita caligráfica, ou qualquer outro meio que permita identifica-la de forma inequívoca.

- 13.2. Encerrado o credenciamento, o que será feito pelo pregoeiro em voz alta, os licitantes serão convocados a entregar os envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.
- 13.3. Todos os documentos de habilitação apresentados pelas licitantes deverão estar rubricados por seu representante legal ou preposto e numerados em sequência crescente e também deverá constar índice relacionando os documentos e suas respectivas páginas. Esta condição visa a agilizar os procedimentos de conferência da documentação, cujo desatendimento não acarretará a inabilitação da licitante.
- 13.4. Após a fase de credenciamento das licitantes, o pregoeiro procederá à abertura das propostas comerciais, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório e seus anexos, com a consequente divulgação dos precos ofertados pelas licitantes classificadas.
- 13.5. No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.
- 13.6. Serão aceitos envelopes de proposta e habilitação entregues através de remessa remota (correio ou congêneres) ou diretamente na Coordenadoria Especial de Licitações (Estrada da Usina, nº 600, Centro, Armação dos Búzios RJ, 28950-000) mediante preenchimento e assinatura de termo de recebimento, devendo a correspondência estar endereçada diretamente à Secretaria.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

- 13.6.1. Toda documentação passível de autenticação já deverá estar autenticada pelos meios competentes quando da inserção nos invólucros licitatórios, sujeito a inabilitação do licitante que descumprir tal regra.
- 13.6.2. Os envelopes deverão estar plenamente lacrados e rubricados em seu fecho e emendas.
- 13.6.3. Na forma do item 13.1 do EDITAL, deverão ser entregues, juntamente com os envelopes de propostas de preço e habilitação, mas de forma avulsa, sem inseri-los em qualquer dos dois envelopes mencionados acima, a documentação de credenciamento, constante nos subitens "a" a "d" daquele item.
- 13.6.4. Os envelopes já deverão estar à disposição e na posse da comissão de pregão no 1º (primeiro) dia útil anterior à realização do certame, do que se atribui responsabilidade ao licitante o rastreamento e certificação de entrega à comissão, não cabendo à comissão responsabilidade de rastreamento ou busca ou procura da documentação em comento.
- 13.6.5. A documentação constante dos envelopes deverá estar assinada quando cabível e rubricada em todas as páginas pelo sócio administrador da empresa, assim indicado no contrato social. Caso a documentação venha assinada por terceiros, deverá ser juntado instrumento de procuração conferindo-lhe poderes assinado pelo sócio administrador sob risco de invalidade de autoria.
- 13.6.6. Toda a documentação constante dos invólucros deverá estar numerada sequencialmente no seguinte formato: página "número" de "total" (Ex.: 01/30), onde "número" é a posição em que se encontra a página e "total" representa o total de páginas constantes do envelope.
- 13.6.7. O recebimento tardio dos invólucros, em desacordo com a disposição do item 13.6.4, implicará na impossibilidade da participação da interessada no certame, pelo que os envelopes ficarão acautelados lacrados na Coordenadoria Especial de Licitações para





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

retirada da empresa, pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser destruídos sem prévio aviso após decorrido o prazo.

14. PROPOSTA COMERCIAL

- 14.1. O envelope "A", com o título "PROPOSTA COMERCIAL", deverá conter:
 - 14.1.1. A proposta comercial da licitante, no impresso padronizado fornecido pela Administração (MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS ANEXO III) ou em documento elaborado pela licitante que contenha as informações pertinentes para a correta identificação do objeto, devidamente preenchida, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e nela deverão constar:
 - 14.1.1.1 Identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários e endereço eletrônico:
 - 14.1.1.1. A eventual ausência de qualquer dos dados anteriormente citados poderá ser sanada no ato do certame, pelo preposto qualificado, tendo em vista que não possuem o condão de alterar a substância da proposta apresentada.
 - 14.1.1.2. Descrição clara e detalhada dos serviços cotados, de acordo com o **TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I** deste edital;
 - 14.1.1.3. Indicação dos preços unitários e total, em moeda nacional, em algarismo e, preferencialmente, por extenso;
- 14.2. O prazo de validade das propostas apresentadas à Administração será de 90 (noventa) dias, ainda que isto não esteja consignado formalmente na proposta ou esteja de forma diversa, independentemente de manifestação de concordância por parte da licitante;
 - 14.2.1.1. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 90 (noventa) dias, e caso persista o interesse





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

da Secretaria Requisitante, esta poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

- 14.3. As propostas comerciais que atenderem aos requisitos deste edital serão verificadas pelo pregoeiro quanto a erros aritméticos, que, caso seja necessário, serão corrigidos da seguinte forma:
 - 14.3.1. Se for constatada discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;
 - 14.3.2. Se for constatada discrepância entre o produto da multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, prevalecerá o preço unitário;
 - 14.3.3. Se for constatado erro de adição, subtração, multiplicação ou divisão, será considerado o resultado corrigido;
 - 14.3.4. Caso a licitante não aceite as correções realizadas, sua proposta comercial será desclassificada.

15. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 15.1. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de julgamento de menor preço global, observados o prazo máximo de execução dos serviços, as especificações e parâmetros de qualidade definidos neste edital.
- 15.2. Serão qualificados pelo pregoeiro para ingresso na fase de lances o autor da proposta de menor preço e todos os demais licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) a de menor preço.
- 15.3. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, o pregoeiro selecionará para participar da fase de lances as licitantes que ofertaram os três menores preços, além da licitante que tiver apresentado o menor preço na proposta escrita.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

- 15.4. Não caberá desistência de proposta após a abertura do envelope, nem retratação ou desistência de lances após o registro pelo pregoeiro, sujeitando o licitante às sanções administrativas previstas neste edital, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo pregoeiro.
- 15.5. Caso duas ou mais propostas escritas apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 15.6. O pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para lances, bem como o valor ou percentual mínimo para o aumento dos lances, mediante prévia comunicação às licitantes e expressa menção na ata da sessão.
- 15.7. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 15.8. O pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante que apresentar a proposta com menor preço para torná-la mais vantajosa à Administração, devendo a negociação se dar em público e formalizada em ata.
- 15.9. Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade, sendo vedada a adjudicação de propostas, cujos preços unitários sejam superiores aos estimados na planilha estimativa deste edital. Será considerada inexequível a proposta:
 - a) 70% (Setenta por cento) menor que a média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinqüenta por cento) do valor orçado pela administração, quando a pesquisa de preços for baseada em consulta a particulares;
 - b) 70% (Setenta por cento) menor que o valor orçado pela administração, quando oriundo de pesquisa em fonte pública de preços.
 - 15.9.1. Observada pelo pregoeiro a inexequibilidade do preço proposto, com base nos parâmetros legais, o licitante poderá declarar a sua exequibilidade, competindo a este,





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

quando instado, a comprová-la através de adequada abertura da composição dos preços de sua proposta, ou podendo abdica-la;

- 15.9.2. O pregoeiro poderá diligenciar as propostas inexequíveis a fim de apurar efetivamente sua exequibilidade, podendo, inclusive, requerer documentação suplementar para tanto;
- 15.9.3. Se necessário, o pregoeiro poderá solicitar suporte técnico a outros órgãos desta Prefeitura Municipal para realizar a análise da exequibilidade das propostas apresentadas;
- 15.10. Sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação, dando início à abertura da fase habilitatória.
 - 15.10.1. Nos casos em que houver pluralidade de itens a serem licitados, a fase habilitatória apenas terá início após o esgotamento da fase de lances, em todos os seus itens solicitados;
- 15.11. Caso a licitante classificada em primeiro lugar desatenda às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta e o atendimento das exigências de habilitação, até que uma licitante cumpra as condições fixadas neste edital, sendo o objeto do certame a ela adjudicado quando constatado o desinteresse das demais licitantes na interposição de recursos.
- 15.12. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelo pregoeiro e demais membros da equipe de apoio, bem como pelas licitantes presentes. A recusa da licitante em assinar a ata, bem como a ausência de licitante naquele momento, será circunstanciada em ata.
- 15.13. O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação das demais licitantes até a retirada do empenho pela adjudicatária, devendo as referidas licitantes retirá-





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

los no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir dessa data. Expirado esse prazo, os envelopes serão destruídos sem prévia comunicação.

- 15.14. Nas fases de julgamento das propostas e de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 15.15. Via de Regra, no caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 20 do art. 30 da Lei 8.666/93, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio;

16. DOS BENEFÍCIOS DAS ME'S, EPP'S E EQUIPARADAS, NA FASE DE JULGAMENTO

- 16.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada e houver proposta apresentada por uma dessas em valor até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 16.2. A microempresa, a empresa de pequeno porte ou equiparada, mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados a partir da declaração do vencedor, após convocação do pregoeiro, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão;
- 16.3. Não sendo vencedora microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se encontrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

16.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada se, após negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado para a contratação, a licitante for considerada habilitada, se for o caso.

17. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

- 17.1. Sob pena de inabilitação e consequente eliminação automática desta licitação, a licitante deverá incluir os documentos previstos neste item no envelope "B", com o título "DOCUMENTAÇÃO", devidamente fechado e identificado, conforme indicado neste edital.
- 17.2. A habilitação das licitantes poderá ser verificada através do cadastro de licitantes próprio da administração, com base nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste edital.
- 17.3. Caso os documentos exigidos para habilitação não estejam contemplados no cadastro de licitantes próprio da administração, estejam desatualizados, ou, no caso de certidões vencidas em que não haja disponibilidade de consulta nos sítios emitentes, será exigida a entrega da documentação em original ou em cópia autenticada.
- 17.4. A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a abertura da sessão.
- 17.5. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-seão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

I. HABILITAÇÃO JURÍDICA

17.6. Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

- 17.6.1. Registro no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresário individual ou sociedade empresária;
- 17.6.2. Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;
- 17.6.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no órgão correspondente;
- 17.6.4. Cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do conselho de administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações, no caso de sociedades anônimas;
- 17.6.5. Documentos que indiquem os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social em vigor, no caso das demais sociedades;
- 17.6.6. Cópia do decreto de autorização para que se estabeleçam no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.

I. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 17.7. Para fins de comprovação da habilitação fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:
 - 17.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
 - 17.7.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual ou Municipal, conforme o caso, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
 - 17.7.3. Prova de regularidade para com a Seguridade Social e a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 8.212/91, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União;

17.7.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal, e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal(tais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei;

17.7.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;

17.7.6. Para as empresas sediadas no Estado e no Município do Rio de Janeiro, as Certidões da Dívida Ativa Estadual e Municipal deverão ser as expedidas, respectivamente, pela Procuradoria-Geral do Estado e Procuradoria-Geral do Município;

17.7.7. Para as empresas não sediadas no Estado e no Município do Rio de Janeiro, o(s) documento(s) emitido(s) pelas Fazendas Municipal, Estadual ou do Distrito Federal, do domicílio ou sede da licitante deverá(ão) comprovar a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa ou demonstrar de outra forma documental tal situação fiscal, podendo, para tanto, estar(em) acompanhado(s) de legislação específica ou informação oficial do órgão fazendário.

17.7.8. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PROCESSO: 495/2021

17.7.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

I. Dos Benefícios fiscais da ME's, Epp's e Equiparadas:

- 17.7.10. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 17.7.11. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração do TCE-RJ, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- 17.7.12. A falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.
- 17.8. Apresentação de declaração quanto à disponibilidade dos equipamentos, maquinários, ferramentas e profissionais referente aos serviços propostos pela Administração,





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

17.9. VISITA TÉCNICA

17.9.1. Antes da apresentação de suas propostas, as licitantes poderão tomar conhecimento das normas e diretrizes da Secretaria solicitante relacionadas com o presente edital, providenciando a obtenção de todas as informações necessárias sobre as condições e peculiaridades do objeto deste edital, e que deverão ser devidamente consideradas na composição dos preços de sua proposta comercial;

17.9.2. A visita técnica poderá ser agendada antecipadamente com a Secretaria Municipal de Serviços Públicos, através do telefone (22) 2623-4950 ou endereço eletrônico servicospublicos@buzios.rj.gov.br.

17.9.3. Será de exclusiva responsabilidade da Secretaria solicitante o agendamento com as licitantes para a realização das vistorias necessárias à execução do objeto do presente certame;

17.9.4. A visita técnica é facultativa e as licitantes poderão fazer pesquisa minuciosa do objeto, a fim de conhecer os locais de instalação dos equipamentos, e mão de obra necessários à execução dos serviços, não as isentando de responsabilidade sobre a correta avaliação dos seus orçamentos e planejamento de serviços, arcando com os eventuais prejuízos consequentes.

17.9.5. Os licitantes que optarem pela não realização da visita técnica deverão apresentar declaração, nos termos do Anexo IX do Edital.

17.9.6. Ficam, desde já, as empresas cientes de que a não realização de vistoria implicará a aceitação tácita das exigências constantes neste instrumento e no Termo de Referência. Portanto, não serão aceitas justificativas, em qualquer época, de desconhecimento de estado, condições do local, fatos e detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as suas obrigações.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

HABILITAÇÃO TÉCNICA,

- 17.10.1. No mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica em nome da licitante, pessoa jurídica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste termo de referência;
- 17.10.2. O atestado deverá conter, além do nome da atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a PMAB possa valer-se para manter contato com o declarante;
- 17.10.3.A PMAB reserva-se ao direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado;
- 17.10.4. Na fase pré contratual, a contratada deverá apresentar Licença de Operação, emitida pelo INEA, em observância a NOP-INEA-27 e Resolução CONAMA 302/02.

I. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 17.11. Apresentação do balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- 17.12. Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
 - 17.12.1. No caso de sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):
 - 17.12.1.1. Publicados em Diário Oficial; ou
 - 17.12.1.2. Publicados em jornal de grande circulação;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

- 17.12.1.3. Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou
- 17.12.1.4. Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).
- 17.12.2. No caso de sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA) e as sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06:
 - 17.12.2.1. Por fotocópia do Balanço Patrimonial extraído do Livro Diário, acompanhado dos Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- 17.12.3. Sociedade criada no exercício em curso:
 - 17.12.3.1. Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou
 - 17.12.3.2. Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).
- 17.12.4. As empresas optantes ou submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) apresentarão o balanço patrimonial na forma da lei e das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil, que tratam de Escrituração Contábil Digital (ECD), sendo que a autenticação do balanço patrimonial em formato digital será comprovada por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), quando do envio da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do §1º do art. 78-A do Decreto Federal nº 1.800/96, incluído pelo Decreto Federal nº 8.638/16, e art. 2º do Decreto Federal nº 9.555/18.
- 17.13. Os demonstrativos contábeis deverão estar assinados pelo representante legal da empresa e contabilista responsável, ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- 17.14. A situação econômico-financeira das empresas licitantes será avaliada da análise do balanço, para que serão observados os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

(LC) e Solvência (SG), os quais deverão ser iguais ou superiores a 1 (um), após a aplicação das seguintes fórmulas contábeis:

LG = <u>ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u> PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

LC = <u>ATIVO CIRCULANTE</u> PASSIVO CIRCULANTE

SG =	ATIVO TOTAL
PASSIVO CIRC	ULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

- 17.15. Se, após a data do levantamento dos demonstrativos contábeis, tiver havido modificações contratuais que importem na alteração do patrimônio líquido, representado pelo aumento do capital social com recursos não existentes no patrimônio líquido na data do último balanço patrimonial, será esta considerada, desde que homologada pela junta comercial e acompanhada das peças contábeis que reflitam essa alteração.
- 17.16. As exigências deverão ser demonstradas pela licitante, em papel timbrado da proponente, fazendo menção ao número desta licitação, datada, assinada pelo representante legal da empresa. A forma de apresentação da referida demonstração visa a facilitar o julgamento da Licitação; o seu descumprimento não inabilitará a licitante.
- 17.17. Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

- 17.17.1. A licitante deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas.
- 17.17.2. No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.
- 17.17.3. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

17.17.3.1.1.1. OUTRAS DECLARAÇÕES

- II. Declaração formal do representante legal da licitante, de que a empresa cumpre a legislação, não praticando ilícitos trabalhistas em face de trabalhadores menores, em obediência a Lei nº 9.854/99, e proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de 18 (dezoito) anos, e de qualquer trabalho a menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- II. Declaração formal do representante legal da licitante, de inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios, nos cargos de direção e chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

18. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 18.11. DA CONTRATADA,
- 18.12. Recolher a caçamba com o material, quando solicitado pela CONTRATANTE;
- 18.13. Apresentar o comprovante de descarrego do Aterro Sanitário.
- 18.14. Emitir a fatura com o valor correspondente ao serviço executado.
- 18.15. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos físicos ou materiais causados diretamente à PMAB ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, seja por ação, omissão ou desrespeito às normas de segurança, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme determina o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.
- 18.16. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do serviço.
- 18.17. Garantir a proteção e segurança das pessoas envolvidas direta ou indiretamente na realização do serviço; arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da realização do serviço.
- 18.18. Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

- 18.19. Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XIII, art. 55, da Lei nº 8.666/1993;
- 18.20. Na hipótese do inadimplemento do subitem anterior, a CONTRATADA será notificada, no prazo definido pela PMAB, para regularizar a situação, sob pena de rescisão da contratação (Art. 78, inciso I da Lei n.º 8.666/1993), além das penalidades previstas no Edital, no Termo de Referência, no Instrumento Contratual e na legislação pertinente.
- 18.21. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de cada item contratado, desde que a despesa não esteja liquidada.
- 18.22. Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do edital e seus anexos; manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual; executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela CONTRATANTE;
- 18.23. Assinar o instrumento contratual no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação formal da Administração convocando para esse fim;
- 18.24. Providenciar que seus profissionais utilizem os equipamentos de proteção EPI, de uso obrigatório durante o exercício de suas atividades, em conformidade com as normas de segurança do trabalho vigentes
- 18.25. Observar por si e por seus prepostos, as normas de procedimento, segurança e disciplina interna da CONTRATANTE, sempre que adentre em suas instalações;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

- 18.26. Responsabilizar integralmente pelas despesas relativas aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, transporte e impostos que se fizerem indispensáveis á perfeita e completa execução do serviço.
- 18.27. Facilitar a ação dos fiscais e gestores dos contratos, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e exigências apresentadas por eles;
- 18.28. Atender com presteza às reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando a sua imediata correção, sem ônus para o CONTRATANTE.
- 18.29. Comunicar ao fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- 18.30. DA CONTRATANTE
- 18.31. Emitir Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento;
- 18.32. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela empresa contratada, de acordo como os termos deste documento:
- 18.33. Reservar local apropriado para o recebimento das caçambas;
- 18.34. Disponibilizar servidores para o recebimento/recolhimento das caçambas no horário acordado;
- 18.35. Receber o objeto de acordo com as especificações descritas neste Termo de Referência;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

- 18.36. Permitir o livre acesso dos empregados da empresa nas dependências da Contratante para entrega do objeto deste Termo de Referência, desde que uniformizados e identificados com crachá;
- 18.37. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, pela execução dos serviços prestados nos termos e prazos contratualmente previstos, após a plena verificação de todas as fases merecedoras de fiscalização e da devida aprovação (mensal) por parte do fiscal de contrato frente ao relatório mensal emitido por preposto, informando do sucesso observado nas entregas solicitadas;
- 18.38. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 18.39. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por intermédio de representante especialmente designado;
- 18.40. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares contratuais;
- 18.41. Utilizar de maneira adequada os equipamentos disponibilizados em caráter de locação;
- 18.42. Não efetuar e não permitir que terceiros façam qualquer intervenção e/ou modificação de quaisquer parâmetros de configuração do equipamento instalado pela CONTRATADA, inclusive reparos e manutenção no referido equipamento
- 18.43. Informar a CONTRATADA, qualquer ocorrência que possa comprometer o serviço de locação,
- 18.44. Responsabilizar-se pela guarda e conservação do equipamento locado da CONTRATADA, mantendo-se como fiel depositária deste;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

- 18.45. Permitir, desde que previamente agendada, o livre acesso de funcionários da CONTRATADA devidamente identificados, ao endereço que consta o equipamento locado para a realização de vistorias, manutenção e ou retirada do mesmo;
- 18.46. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que sejam sanadas as ocorrências, com as devidas reparações ou correções;
- 18.47. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

19. RECURSOS

- 19.11. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, dentro do prazo recursal registrado pelo pregoeiro na ata da sessão competente, motivadamente, manifestar a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões.
- 19.12. Será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para o encaminhamento, por meio presencial, através de protocolo na sede da Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios, sita à Estrada da Usina, nº 600, Centro, Armação dos Búzios RJ, ou eletrônico, através do e-mail licitacao@buzios.rj.gov.br, das razões do recurso, ficando as demais licitantes, após a apresentação das razões, intimadas a apresentar contrarrazões em igual prazo, pelas mesmas possibilidades de meio, contado do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.
- 19.13. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

- 19.14. Cabe ao pregoeiro verificar as condições de admissibilidade do recurso, no que tange à presença dos pressupostos recursais de tempestividade, legitimidade, sucumbência, motivação e interesse.
- 19.15. Mantida a decisão recorrida pelo pregoeiro, o recurso será encaminhado à autoridade superior devidamente relatado.
- 19.16. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 19.17. Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao titular da Secretaria Adjunta de Licitações, Contratos e Convênios, que decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro.
- 19.18. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o titular da Secretaria Adjunta de Licitações, Contratos e Convênios adjudicará o objeto e homologará a licitação, caso não seja necessário o retorno da licitação à fase de lances.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.11. No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste edital, a Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como, no que couberem, as disposições contidas na Lei Estadual nº 287, de 04.12.79, e suas regulamentações e, em especial, as seguintes sanções:
- 20.12. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de prestação de serviços, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

- 20.13. Multa administrativa corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas, observando-se ainda os casos previstos no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) do Termo de Referência Anexo I do edital de licitação.
 - 20.13.1. Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
 - 20.13.2. Não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
 - 20.13.3. Deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
 - 20.13.4. Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme previsão legal pertinente ao tema.
- 20.14. As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a Municipalidade rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.
- 20.15. Em não havendo êxito na cobrança administrativa para o seu pagamento voluntário, as multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas da garantia prestada pela contratada e, caso sejam de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do artigo 86 da Lei Federal nº 8.666/93
- 20.16. A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Municipalidade de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

20.17. A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, impedida de licitar e contratar com o Estado do Rio de Janeiro pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

21. DA RESCISÃO

- 21.11. O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80 da lei Federal nº 8.666/93.
- 21.12. Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no artigo 80, incisos I a IV, parágrafo 1º a 4º, do mesmo instrumento legal.

22. INSTRUMENTO DE AJUSTE

- 22.11. A licitante vencedora será convocada para celebração do contrato, nos termos da minuta constante do ANEXO XIV deste edital.
- 22.12. Quando do comparecimento da empresa para assinatura do contrato, deverão ser apresentados os originais dos documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato, caso esta não tenha sido apresentada quando dos momentos anteriores do certame e/ou encontrar-se vencida.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

- 22.12.1. Em caso de alteração do quadro societário da contratante no curso do certame, deverá ser apresentado novo contrato social devidamente registrado na junta comercial e outras eventuais alterações, caso não esteja consolidado;
- 22.13. Em caso de inviabilidade ou excessiva onerosidade para que a licitante vencedora compareça presencialmente para a assinatura do contrato, o mesmo lhe será enviado eletronicamente, pelo que esta ficará obrigada a, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, retornar enviando a via física do contrato devidamente assinado pelo representante legal. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- 22.14. Como condição para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital, as quais serão verificadas novamente no momento da assinatura do termo.
- 22.15. Caso a licitante vencedora não compareça para assinatura do instrumento contratual, ou não o envie devidamente assinado, estará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a desistente às penalidades cabíveis, previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das multas estabelecidas neste edital, no contrato e das demais cominações legais.
- 22.16. Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o pregoeiro realizará a reabertura do pregão, examinando as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, conforme previsto nos incisos XXXIII e XVI, do artigo 4º da Lei Federal 10.520/02.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

23. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 23.1.A execução dos serviços será iniciada após comunicação formal do Fiscal do Contrato à CONTRATADA no prazo de até 5 dias úteis da assinatura do Contrato.
- 23.2. O prazo geral para entrega da caçamba é de até 02 (dois) dias úteis contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, enviada à contratada através de meio eletrônico ou ofício;
- 23.3. Excepcionalmente poderá ser estipulado prazo diverso, desde que justificado e devidamente aceito pelas partes;
- 23.4. A caçamba deverá permanecer no local indicado pela PMAB durante o período de 48 (quarenta e oito) horas, fazendo jus a cobrança do valor indicado na proposta comercial para o respectivo período
- 23.5.A caçamba poderá permanecer no local indicado pela CONTRATANTE por mais de 48 (quarenta e oito horas), fazendo jus a cobrança no valor indicado na proposta comercial da CONTRATADA respeitando-se sempre esta periodicidade mínima.
- 23.6. A entrega da caçamba deve ser feita pela CONTRATADA com o acompanhamento do fiscal do contrato;
- 23.7. Os serviços deverão ser prestados no município de Armação dos Búzios, no horário de 8:30 às 17:00, de segunda a sexta-feira, em datas a serem pré-agendadas junto ao fiscal do contrato, observado o item 23.2.
- 23.8. Considerando a natureza excepcional da situação ou impossibilidade das execuções se darem no período mencionado anteriormente, a critério do Fiscal, os serviços poderão ocorrer nos finais de semana e feriados, após autorização por escrito do Fiscal.
- 23.9. Caso exista a necessidade de recolhimento de forma extraordinária, deverá ser providenciado em até 24 (vinte e quatro) horas após solicitado pela PMAB.
- 23.10. As caçambas somente serão coletadas e entregues mediante recibo/relatório, em 2 (duas) vias, devidamente assinada pelas partes, com indicação de data, horário e local da caçamba alvo da coleta/entrega.
- 23.11. Uma das vias deverá ficar com o servidor responsável pelo acompanhamento da coleta ou fiscalização contratual.
- 23.12. Somente serão pagos mensalmente os serviços efetivamente realizados.
- 23.13. O serviço de coleta, transporte e destinação final consiste em coletar os resíduos dispostos nas caçambas e transportá-los até o destino final para disposição em local ambientalmente adequado, conforme orientado pelas legislações vigentes e órgãos competentes.
- 23.14. A destinação ou disposição final dos resíduos sólidos não perigosos coletados deverá ser dirigida a aterro sanitário indicado expressamente pela CONTRATADA em sua proposta;
- 23.15. O aterro sanitário indicado deve estar devidamente regularizado e certificado pelos órgãos competentes;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

- 23.16. Qualquer alteração do local de disposição final, ao longo da execução contratual, deverá ser comunicada à CONTRATANTE com antecedência de 10 (dez) dias úteis, acompanhada da respectiva documentação exigida pela legislação ambiental.
- 23.17. À CONTRATADA são proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos e/ou rejeitos:
- 23.18. Lançamento em quaisquer corpos hídricos;
- 23.19. Lançamento in natura a céu aberto;
- 23.20. Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- 23.21. Deposição inadequada no solo;
- 23.22. Deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;
- 23.23. Lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;
- 23.24. Infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental estadual competente
- 23.25. . Utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente;
- 23.26. Utilização para alimentação humana, e demais formas vedadas pelos órgãos competentes;
- 23.27. A responsabilidade pelos resíduos sólidos urbanos não perigosos, produzidos pela CONTRATANTE e recolhidos pela CONTRATADA, incluindo a respectiva destinação ou disposição ambientalmente adequada desses é da CONTRATADA, devendo a mesma ressarcir à CONTRATANTE quaisquer despesas que esse venha a ter em razão de débitos, multas e/ou infrações, aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais ou distritais;
- 23.28. As caçambas que apresentarem defeito, furo, ferrugem, amassos ou pintura incompleta de modo a prejudicar a melhor execução dos serviços deverão ser substituídas no prazo de 12 (doze) horas, a partir de comunicação da fiscalização à CONTRATADA.
- 23.29. Todos os custos e despesas referentes à substituição dos referidos equipamentos correrão a expensas da CONTRATADA;
- 23.30. A equipe coletora da CONTRATADA deverá recolher, manusear e transportar todos os resíduos de forma cuidadosa, a fim de não poluir, espalhar ou sujar o ambiente onde se encontra a caçamba;
- 23.31. Caso devido ao manuseio dos equipamentos no momento da coleta a situação do item acima vier a ocorrer, a equipe da CONTRATADA deverá, imediatamente, varrer, recolher e recolocar em recipientes próprios da CONTRATADA os respectivos resíduos;
- 23.32. O responsável pela operação de coleta deverá assegurar-se que os contentores estejam íntegros, devidamente vedados e amarrados de forma segura, sem risco de acidentes ou derramamento do resíduo;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

- 23.33. É de responsabilidade da CONTRATADA a limpeza dos resíduos em casos de vazamentos de lixo no local de recebimento ou no trajeto até a sua destinação ou disposição final;
- 23.34. Os empregados da CONTRATADA deverão realizar os serviços devidamente uniformizados e munidos de equipamentos de proteção individual (EPIs) e de todos os materiais necessários à execução das atividades, sendo responsabilidade da CONTRATADA a reparação de danos causados aos trabalhadores por eventuais acidentes de trabalho;
- 23.35. Os locais de distribuição e de localização das caçambas encontram-se listados no Anexo II;
 23.36. Nos valores do serviço, propostos pela licitante, deverão estar previstos, para a regular prestação dos serviços, o fornecimento das caçambas, manutenções preventiva e corretiva, limpeza, materiais, equipamentos, mão de obra, equipamentos de proteção individual, uniformes, tributos, impostos, licenciamentos, taxas, seguros, multas, fretes, pedágios, estacionamentos, acidentes, encargos, lucros, e quaisquer outras despesas que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação. Caso entenda necessário, a CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA a apresentação da planilha aberta de custos que contemple todos estes valores.

24. RECEBIMENTO DO OBJETO

- 24.1. O recebimento provisório do objeto será declarado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar da data de entrega do objeto e nos termos do art. 73, inciso II, alínea a, da Lei Federal nº 8.666/93;
- 24.2. Após o recebimento provisório, a Fiscalização avaliará as características de cada item, identificando eventuais problemas. Estando em conformidade, será efetuado o recebimento definitivo:
- 24.3. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o objeto foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a Fiscalização notificará por escrito a Contratada, interrompendo-se os prazos de recebimento e ficando suspenso o pagamento até que sanada a irregularidade;
- 24.4. O recebimento definitivo do objeto será efetuado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, depois de verificada a conformidade





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

das quantidades e especificações com aquelas contratadas e consignadas neste Termo, bem como da entrega do(s) termo(s) de garantia e assistência dos materiais e equipamentos, quando aplicáveis;

24.5. O aceite/aprovação do objeto pela Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas neste termo.

25. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 25.1. A licitante contratada deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva à Secretaria solicitante, preferencialmente até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação.
- 25.2. Para execução do pagamento, a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial que apresentou a documentação na fase de habilitação, sem emendas, rasuras ou borrões, legível e em nome da Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios, CNPJ/MF nº 01.616.171/0001-02 situada à Estrada da Usina, nº 600, Centro, Armação dos Búzios RJ.
- 25.3. O pagamento será efetuado pela Secretaria Solicitante, à medida que os serviços forem executados, mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da nota fiscal apresentada pela contratada, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas.
- 25.3.1. As falhas na execução dos serviços importarão no pagamento proporcional à qualidade dos serviços realizados, sendo facultado à administração pública demandar contra a contratada eventual prejuízo percebido pela inexecução total ou parcial do fornecimento dos itens / serviços contratados.
- 25.4. Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios, o valor devido poderá ser acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento)





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

- 25.5. O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário responsável pela pasta requisitante, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido ao titular daquela secretaria.
- 25.6. Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da licitante contratada, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a correspondente lei municipal do município de Armação dos Búzios, com suas alterações e regulamentações posteriores.
- 25.7. Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.
- 25.8. Caso se efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, poderá ser descontado da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

26. REVISÃO, REAJUSTE E REPACTUAÇÃO

- 26.1. Para o reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro do contrato poderá ser feita a revisão do preço contratado nas hipóteses do art. 65, II, d, da Lei 8.666/93, devidamente comprovadas.
- 26.2. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, mediante negociação entre as partes e a formalização do pedido pela CONTRATADA, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA ocorrida nos últimos 12 (doze) meses.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

- 26.3. A revisão do contrato obedecerá aos critérios previstos pela Lei Federal nº 8.666/93, assegurando-se à contratada o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 26.4. O critério de reajuste obedecerá ao índice oficial, desde a data prevista para apresentação da proposta com periodicidade anual.

27. DA FISCALIZAÇÃO

- **26.1** O objeto da licitação será acompanhado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS e fiscalizado por servidor formalmente designado pela Secretaria Municipal Contratante, conforme o caso, que determinará o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos.
- **26.2** À fiscalização ficam reservados o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no presente, e, em tudo o mais referente à aquisição dos produtos, desde que não acarrete ônus para a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS ou modificação do Termo.
- **26.3** A Contratada submeterá a todos os métodos de inspeção, verificação e controle adotado, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias para execução da entrega.
- **26.4** A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada em relação à PREFEITURA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS e a terceiros.

28. CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL

28.1. Os documentos exigidos nesta licitação deverão estar em plena validade e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados ou impressos em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação e estar datados e assinados





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

por seu representante legal ou preposto legalmente estabelecido. A exibição do documento original ao pregoeiro dispensa a autenticação em cartório.

- 28.2. Eventuais Cláusulas estabelecidas neste edital que sejam inaplicáveis à licitação, seja pelo seu objeto, ou pela sua natureza, desde que não influenciem no resultado do certame, poderão ser desconsideradas pelo Pregoeiro.
- 28.3. Qualquer pedido de esclarecimento ou de impugnação poderá ser apresentado presencialmente na sede da Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios, à Estrada da Usina da Velha, nº 600, Centro Armação dos Búzios/RJ, de segunda a sexta-feira, das 09h às 16:30 horas, excetuados os dias de feriado municipal, estadual e federal, ou enviado eletronicamente através do endereço eletrônico licitacao@buzios.rj,gov.br, até às 16:30h do 3º (terceiro) dia útil anterior à data fixada no edital para abertura da sessão pública.
- 28.4. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimento até o dia útil anterior à data de abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.
- 28.5. A impugnação não possui efeito suspensivo e a decisão, que será proferida até o dia útil anterior à data de abertura do certame, caberá ao titular da secretaria de Administração.
- 28.6. As respostas aos pedidos de esclarecimento e de impugnação serão: apresentadas no processo administrativo, quando este for aberto; enviadas em resposta a eventual correspondência eletrônica que for enviada; e divulgadas concomitantemente no endereço eletrônico https://buzios.aexecutivo.com.br/licitacao.php/ para conhecimento geral e dos interessados em participar da licitação, e vincularão os participantes e a Administração quanto ao seu conteúdo.
- 28.7. É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

- 28.8. A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público fundado em fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame, se constatado vício no seu processamento.
- 28.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 28.10. O acompanhamento dos resultados das fases desta licitação poderá ser feito através do endereço eletrônico https://buzios.aexecutivo.com.br/licitacao.php.
- 28.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio.
- 28.12. O Município e as licitantes do certame elegem o foro do Município de Armação dos Búzios para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente edital.

Armação dos Búzios - RJ, 07 de maio de 2021

André Luiz de Souza

Subcoordenador Portaria nº256/2021







ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de locação de caçambas estacionárias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ITEM EMOP	OBJETO	DESCRIÇÃO	QTD
01	04.014.0095-0	Caçamba Estacionária de aplicação múltipla operada por poliguindaste, com volume nominal de 5m³. Fabricada em atenção a NBR 14.728/2005 ABNT (Anexo I)	definitivamente a veículo rodoviário, destinado ao acondicionamento de resíduos, equipado com pontos de engate para	10/mês

- 1.2. A contratação deverá abranger a prestação dos serviços de acondicionamento, coleta, transporte e destinação ou disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos de classe A, B e C¹, gerados no Município de Armação dos Búzios.
- 1.2.1. O valor unitário cobrado por caçamba de 5m³ deverá incluir:
- a) o transporte da caçamba vazia até o local definido pela unidade requisitante;
- b) a estadia pelo período de 48 (quarenta e oito) horas, observando a planilha de custos;

¹ Caracterização dos resíduos a serem transportados (CONAMA 307/2002): CLASSE A: Resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como: - de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem; - de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos, argamassa e concreto; - de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto produzidas nos canteiros de obras. CLASSE B: Resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras e gesso. CLASSE C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

- c) o transporte da caçamba carregada, através de caminhão poliguindaste²;
- d) o descarte dos resíduos em local apropriado, observando a Resolução 307/02 do CONAMA e demais normas aplicáveis.
- 1.3 Os veículos coletores e transportadores devem atender aos seguintes critérios:
- a) Estarem dotados de lona para recobrimento de caçambas carregadas, pá e sacos de ráfia;
- b) Possuir em local visível o nome da empresa coletora, telefone, número da licença do INEA e o número do veículo coletor, observando a NOP-INEA-27;
- c) Possuir no máximo 10 (dez) anos de uso, a contar da data de fabricação do mesmo;
- d) O transporte de caçambas estacionárias fica restrito a caminhões poliguindaste;
- e) Todas as caçambas estacionárias transportadas deverão estar pintadas, possuir em todos os lados faixas refletoras para sinalização, estar em bom estado de conservação e possuir, em local visível, o nome da empresa coletora, telefone, número da licença do INEA, o número da caçamba e o volume total, observando a NOP-INEA-27;

2. JUSTIFICATIVA E CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1 A contratação de empresa para locação de caçambas estacionárias ocorre devido à demanda constante de remoção de entulhos resultantes obras e de diversos serviços de manutenção predial e de pequenos serviços oriundos do descarte de bens inservíveis. Neste ínterim, convém destacar que a PMAB não possui equipamentos suficientes para suprir as demandas, considerando ainda que parte dos resíduos se encontram dispostos em locais de difícil acesso, sendo, portanto, a locação mais benéfica ao pleno atendimento do interesse público.
- 2.2 O objeto deste Termo de Referência tem natureza de serviço comum, considerando que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, através da observância a NBR 14.728/08 da ABNT, NOP-INEA-27 e Resolução 307/02 do CONAMA.

3. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A execução dos serviços será iniciada após comunicação formal do Fiscal do Contrato à CONTRATADA no prazo de até 5 dias úteis da assinatura do Contrato.

² Considera-se caminhão poliguindaste o veículo dotado de mecanismo de lançamento utilizado no transporte de caçambas estacionárias vazias ou contendo RCC, observando a norma operacional para o licenciamento de atividades de coleta e transporte rodoviário de resíduos da construção civil (RCC) do INEA – NOP-INEA-27. Disponível em: http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/NOP-INEA-27.pdf





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

- 3.2. O prazo geral para entrega da caçamba é de até 02 (dois) dias úteis contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, enviada à contratada através de meio eletrônico ou ofício;
- 3.2.1. Excepcionalmente poderá ser estipulado prazo diverso, desde que justificado e devidamente aceito pelas partes;
- 3.3. A caçamba deverá permanecer no local indicado pela PMAB durante o período de 48 (quarenta e oito) horas, fazendo jus a cobrança do valor indicado na proposta comercial para o respectivo período;
- 3.4. A caçamba poderá permanecer no local indicado pela CONTRATANTE por mais de 48 (quarenta e oito horas), fazendo jus a cobrança no valor indicado na proposta comercial da CONTRATADA respeitando-se sempre esta periodicidade mínima.
- 3.5. A entrega da caçamba deve ser feita pela CONTRATADA com o acompanhamento do fiscal do contrato;
- 3.6. Os serviços deverão ser prestados no município de Armação dos Búzios, no horário de 8:30 às 17:00, de segunda a sexta-feira, em datas a serem pré-agendadas junto ao fiscal do contrato, observado o item 3.2.
- 3.7. Considerando a natureza excepcional da situação ou impossibilidade das execuções se darem no período mencionado anteriormente, a critério do Fiscal, os serviços poderão ocorrer nos finais de semana e feriados, após autorização por escrito do Fiscal.
- 3.8 Caso exista a necessidade de recolhimento de forma extraordinária, deverá ser providenciado em até 24 (vinte e quatro) horas após solicitado pela PMAB.
- 3.9 As caçambas somente serão coletadas e entregues mediante recibo/relatório, em 2 (duas) vias, devidamente assinada pelas partes, com indicação de data, horário e local da caçamba alvo da coleta/entrega.
- 3.9.1 Uma das vias deverá ficar com o servidor responsável pelo acompanhamento da coleta ou fiscalização contratual.
- 3.10. Somente serão pagos mensalmente os serviços efetivamente realizados.
- 3.11. O serviço de coleta, transporte e destinação final consiste em coletar os resíduos dispostos nas caçambas e transportá-los até o destino final para disposição em local ambientalmente adequado, conforme orientado pelas legislações vigentes e órgãos competentes.
- 3.11.1. A destinação ou disposição final dos resíduos sólidos não perigosos coletados deverá ser dirigida a aterro sanitário indicado expressamente pela CONTRATADA em sua proposta;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

- 3.11.2. O aterro sanitário indicado deve estar devidamente regularizado e certificado pelos órgãos competentes;
- 3.11.3. Qualquer alteração do local de disposição final, ao longo da execução contratual, deverá ser comunicada à CONTRATANTE com antecedência de 10 (dez) dias úteis, acompanhada da respectiva documentação exigida pela legislação ambiental.
- 3.12. À CONTRATADA são proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos e/ou rejeitos:
- 3.12.1. Lançamento em quaisquer corpos hídricos;
- 3.12.2. Lançamento in natura a céu aberto;
- 3.12.3. Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- 3.12.4. Deposição inadequada no solo;
- 3.12.5. Deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;
- 3.12.6. Lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;
- 3.12.7. Infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental estadual competente;
- 3.12.8. Utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente;
- 3.12.9. Utilização para alimentação humana, e demais formas vedadas pelos órgãos competentes;
- 3.13. A responsabilidade pelos resíduos sólidos urbanos não perigosos, produzidos pela CONTRATANTE e recolhidos pela CONTRATADA, incluindo a respectiva destinação ou disposição ambientalmente adequada desses é da CONTRATADA, devendo a mesma ressarcir à CONTRATANTE quaisquer despesas que esse venha a ter em razão de débitos, multas e/ou infrações, aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais ou distritais;
- 3.14. As caçambas que apresentarem defeito, furo, ferrugem, amassos ou pintura incompleta de modo a prejudicar a melhor execução dos serviços deverão ser substituídas no prazo de 12 (doze) horas, a partir de comunicação da fiscalização à CONTRATADA.
- 3.14.1. Todos os custos e despesas referentes à substituição dos referidos equipamentos correrão a expensas da CONTRATADA;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

- 3.15 A equipe coletora da CONTRATADA deverá recolher, manusear e transportar todos os resíduos de forma cuidadosa, a fim de não poluir, espalhar ou sujar o ambiente onde se encontra a caçamba;
- 3.16 Caso devido ao manuseio dos equipamentos no momento da coleta a situação do item acima vier a ocorrer, a equipe da CONTRATADA deverá, imediatamente, varrer, recolher e recolocar em recipientes próprios da CONTRATADA os respectivos resíduos;
- 3.17. O responsável pela operação de coleta deverá assegurar-se que os contentores estejam íntegros, devidamente vedados e amarrados de forma segura, sem risco de acidentes ou derramamento do resíduo;
- 3.17.1. É de responsabilidade da CONTRATADA a limpeza dos resíduos em casos de vazamentos de lixo no local de recebimento ou no trajeto até a sua destinação ou disposição final;
- 3.18. Os empregados da CONTRATADA deverão realizar os serviços devidamente uniformizados e munidos de equipamentos de proteção individual (EPIs) e de todos os materiais necessários à execução das atividades, sendo responsabilidade da CONTRATADA a reparação de danos causados aos trabalhadores por eventuais acidentes de trabalho;
- 3.19. Os locais de distribuição e de localização das caçambas encontram-se listados no Anexo II;
- 3.20. Nos valores do serviço, propostos pela licitante, deverão estar previstos, para a regular prestação dos serviços, o fornecimento das caçambas, manutenções preventiva e corretiva, limpeza, materiais, equipamentos, mão de obra, equipamentos de proteção individual, uniformes, tributos, impostos, licenciamentos, taxas, seguros, multas, fretes, pedágios, estacionamentos, acidentes, encargos, lucros, e quaisquer outras despesas que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação. Caso entenda necessário, a CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA a apresentação da planilha aberta de custos que contemple todos estes valores.

4. DO RECEBIMENTO

- 4.1. Os objetos serão recebidos na forma abaixo discriminada, observado o disposto no art. 73, II da Lei 8.666/93:
- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

5. PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO:

- 5.1. Os serviços serão fiscalizados por servidores designados pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.
- 5.2 As exigências e a atuação da fiscalização pela Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne à execução do objeto do contrato.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

7. DA HABILITAÇÃO

- 7.1. Para fins de habilitação os interessados deverão apresentar, além dos documentos previstos na Lei 8.666/93, habilitação técnica, consistente em:
- a) No mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica em nome da licitante, pessoa jurídica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste termo de referência;
- a.1) O atestado deverá conter, além do nome da atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a PMAB possa valer-se para manter contato com o declarante;
- a.2) A PMAB reserva-se ao direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado;
- 7.2 Na fase pré contratual, a contratada deverá apresentar Licença de Operação, emitida pelo INEA, em observância a NOP-INEA-27 e Resolução CONAMA 302/02.

8. DAS OBRIGAÇÕES

I - DA CONTRATADA

- 8.1. Recolher a caçamba com o material, quando solicitado pela CONTRATANTE;
- 8.2. Apresentar o comprovante de descarrego do Aterro Sanitário.
- 8.3. Emitir a fatura com o valor correspondente ao serviço executado.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

- 8.4. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos físicos ou materiais causados diretamente à PMAB ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, seja por ação, omissão ou desrespeito às normas de segurança, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme determina o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.
- 8.5. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do serviço.
- 8.6. Garantir a proteção e segurança das pessoas envolvidas direta ou indiretamente na realização do serviço; arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da realização do serviço.
- 8.7. Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- 8.8. Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XIII, art. 55, da Lei nº 8.666/1993;
- 8.8.1. Na hipótese do inadimplemento do subitem anterior, a CONTRATADA será notificada, no prazo definido pela PMAB, para regularizar a situação, sob pena de rescisão da contratação (Art. 78, inciso I da Lei n.º 8.666/1993), além das penalidades previstas no Edital, no Termo de Referência, no Instrumento Contratual e na legislação pertinente.
- 8.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de cada item contratado, desde que a despesa não esteja liquidada.
- 8.10. Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do edital e seus anexos; manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual; executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela CONTRATANTE;
- 8.11. Assinar o instrumento contratual no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação formal da Administração convocando para esse fim;
- 8.12. Providenciar que seus profissionais utilizem os equipamentos de proteção EPI, de uso obrigatório durante o exercício de suas atividades, em conformidade com as normas de segurança do trabalho vigentes;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

- 8.13. Observar por si e por seus prepostos, as normas de procedimento, segurança e disciplina interna da CONTRATANTE, sempre que adentre em suas instalações;
- 8.14. Responsabilizar integralmente pelas despesas relativas aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, transporte e impostos que se fizerem indispensáveis á perfeita e completa execução do serviço.
- 8.15. Facilitar a ação dos fiscais e gestores dos contratos, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e exigências apresentadas por eles;
- 8.16. Atender com presteza às reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando a sua imediata correção, sem ônus para o CONTRATANTE.
- 8.17. Comunicar ao fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

II - DA CONTRATANTE:

- 8.18. Emitir Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento;
- 8.19. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela empresa contratada, de acordo como os termos deste documento;
- 8.20. Reservar local apropriado para o recebimento das caçambas;
- 8.21. Disponibilizar servidores para o recebimento/recolhimento das caçambas no horário acordado;
- 8.22. Receber o objeto de acordo com as especificações descritas neste Termo de Referência;
- 8.23. Permitir o livre acesso dos empregados da empresa nas dependências da Contratante para entrega do objeto deste Termo de Referência, desde que uniformizados e identificados com crachá;
- 8.24. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, pela execução dos serviços prestados nos termos e prazos contratualmente previstos, após a plena verificação de todas as fases merecedoras de fiscalização e da devida aprovação (mensal) por parte do fiscal de contrato frente ao relatório mensal emitido por preposto, informando do sucesso observado nas entregas solicitadas;
- 8.25. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, sem prejuízo das penalidades cabíveis:





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

- 8.26. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por intermédio de representante especialmente designado;
- 8.27. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares contratuais;
- 8.28. Utilizar de maneira adequada os equipamentos disponibilizados em caráter de locação;
- 8.29. Não efetuar e não permitir que terceiros façam qualquer intervenção e/ou modificação de quaisquer parâmetros de configuração do equipamento instalado pela CONTRATADA, inclusive reparos e manutenção no referido equipamento
- 8.30. Informar a CONTRATADA, qualquer ocorrência que possa comprometer o serviço de locação,
- 8.31. Responsabilizar-se pela guarda e conservação do equipamento locado da CONTRATADA, mantendo-se como fiel depositária deste;
- 8.32. Permitir, desde que previamente agendada, o livre acesso de funcionários da CONTRATADA devidamente identificados, ao endereço que consta o equipamento locado para a realização de vistorias, manutenção e ou retirada do mesmo;
- 8.33. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que sejam sanadas as ocorrências, com as devidas reparações ou correções;
- 8.34. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

9. DA CONTRATAÇÃO E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 9.1 Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará à nota fiscal em 03 (três) vias, acompanhada da respectiva Ordem de Fornecimento.
- **9.2** As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo começará voltará a ser contado a partir da data de reapresentação da nota fiscal, sem incorreções.
- 9.3 O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA no Banco correspondente.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

10 - DA CONTRATAÇÃO

- 10.1 A contratação do objeto do presente Termo de Referência será formalizada por intermédio de termo de contrato, contendo todas a cláusulas e condições necessárias e suficientes para disciplinar a relação contratual, à luz do disposto nos arts. 55 e 62, da Lei 8.666/93;
- 10.2 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas à administração, nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93.

11. PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 11.1. Os procedimentos de gestão da fiscalização, assim como a designação dos servidores para tal fim, serão de responsabilidade da CONTRATANTE.
- 11.2. Deverá ser indicado formalmente pela CONTRATADA um Preposto, autorizado a tratar com o Órgão ou Entidade Contratante a respeito de todos os aspectos que envolvam a execução do contrato.
- 11.1.2. Quaisquer entendimentos, sempre respeitando o conteúdo do contrato deste serviço, entre o Fiscal e o Preposto da CONTRATADA serão feitos sempre por escrito, através de meio eletrônico ou físico, não sendo consideradas alegações com fundamento em ordens ou declarações verbais.
- 11.2. A CONTRATADA se obriga a cumprir fiel e integralmente as exigências que venham a ser feitas pelos servidores designados que terão plenos poderes para:
- 11.2.1. Recusar o objeto ou parte dele quando estiver em desacordo com as discriminações do objeto.
- 11.2.2. Propor as medidas que couberem a cada situação não prevista.
- 11.3.A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei 8.666/1993.
- 11.4. Conforme inadimplências e irregularidades apuradas pela fiscalização, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRADADA penalidades e sanções administrativas, conforme a Lei 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa, com os instrumentos recursais a elas inerentes, nos moldes do art. 109 da Lei 8.666/1993.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

- 11.5. A CONTRATADA deverá enviar, mensalmente, relatórios constando as datas e serviços realizados.
- 11.6. Os licitantes, adjudicatários ou contratados inadimplentes estarão sujeitos às penalidades previstas no Art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12. VISITA TÉCNICA

- 12.1. As licitantes poderão tomar conhecimento das normas e diretrizes dos serviços a serem executados, providenciando a obtenção de todas as informações necessárias sobre as condições, estado de conservação e peculiaridades do objeto deste termo de referência, que deverão ser devidamente consideradas na composição dos preços de sua proposta comercial;
- 12.2 A visita técnica poderá ser agendada antecipadamente com a Secretaria Municipal de Serviços Públicos, através do telefone (22) 2623-4950, ou endereço eletrônico servicospublicos@buzios.rj.gov.br;
- 12.3. A visita técnica é facultativa e as interessadas poderão fazer pesquisa minuciosa do objeto, a fim de conhecer as edificações e locais de instalação dos equipamentos, obras necessárias, infraestrutura existente, ferramentas, materiais, equipamentos e mão de obra necessários à execução dos serviços, não as isentando de responsabilidade sobre a correta avaliação dos seus orçamentos e planejamento de serviços, arcando com os eventuais prejuízos consequentes;
- 12.4. Os licitantes que optarem pela não realização da visita técnica deverão apresentar declaração de declínio;
- 12.5. Ficam, desde já, as empresas cientes de que a não realização de vistoria implicará a aceitação tácita das exigências constantes neste Termo de Referência. Portanto, não serão aceitas justificativas, em qualquer época, de desconhecimento de estado, condições do local, fatos e detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as suas obrigações.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. A falta de entrega de quaisquer das caçambas, cujo serviço de locação incumbir à CONTRATADA, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto de Contratos e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas
- 12.2. Em hipótese alguma será aceito objeto em desacordo com as especificações do Termo;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

- 12.3. As despesas decorrentes da devolução correrão por conta exclusivas da CONTRATADA, sem custos adicionais à CONTRATANTE;
- 12.4. Qualquer erro de impressão em Nota Fiscal será de responsabilidade integral da CONTRATADA. A substituição deverá ocorrer sob pena em não ser validada nos termos da Lei Específica, e, consequentemente, não sendo pago a despesa, enquanto durar tal impedimento;
- 12.5. Os casos omissos neste Termo de Referência de menor complexidade, serão dirimidos entre as partes (CONTRATANTE e CONTRATADA), preferencialmente através de comunicação oficial por escrito, em via física ou eletrônica.

ALEXANDRE FERREIRA CONC.
MAT. 444

MARCUS VALLEIUS DA SILVA SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

> PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA



NORMA BRASILEIRA

ABNT NBR 14728

Segunda edição 28.02.2005

Válida a partir de 30.03.2005

Caçamba estacionária de aplicação múltipla operada por poliguindaste Requisitos de construção

Stationary container for multi-purpose application and unload jibcrane operated Construction requirements

Palavras-chave: Caçamba estacionária. Poliguindaste. Descriptors: Stationary container. Jibcrane.

ICS 13.030.40; 43.160



Número de referência ABNT NBR 14728:2005 5 páginas

© ABNT 2005



ABNT NBR 14728:2005

O ABNT 2005
Todos os direitos reservados. A menos que especificado de outro modo, nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou utilizada em qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e microfilme, sem permissão por escrito pela ABNT.

Sede da ABNT

Av. Treze de Maio, 13 28° andar
20003-900 Rio de Janeiro RJ

Tel.: +55 21 3974-2300

Fax: +55 21 2220-1762
abnt@abnt.org.br

www.abnt.org.br

Impresso no Brasil

ii

© ABNT 2005 Todos os direitos reservados



ABNT NBR 14728:2005

Página

Sumário	
Prefácio	iv
1 Objetivo	1
2 Definições	1
3 Requisitos gerais	
4 Requisitos específicos	
4.1 Ângulo de inclinação	1
4.2 Dimensões	2
4.3 Volume	2
4.3 Volume	2
Anexo A (normativo) Figura e tabelas	3

Licença de uso exclusivo para Target Engenharia e Consultoria Ltda
ABNT NBR 14728 2005

ABNT NBR 14728 2005

Prefácio

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o Fórum Nacional de Normalização.

As Normas Brasileiras, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (ABNT/CB), dos Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS) e das Comissões de Estudo Especiais Temporárias (ABNT/CEET), são elaboradas por Comissões de Estudo (CE), formadas por representantes dos setores envolvidos, delas fazendo parte: produtores, consumidores e neutros (universidades, laboratórios e outros).

A ABNT NBR 14728 foi elaborada no Comitê Brasileiro de Implementos Rodoviários (ABNT/CB-39), pela Comissão de Estudo de Equipamentos Veiculares (CE-39:000.05). O Projeto circulou em Consulta Nacional conforme Edital nº 07, de 30.07.2004, com o número Projeto NBR 14728.

Esta segunda edição cancela e substitui a edição anterior (ABNT NBR 14728:2001), a qual foi tecnicamente revisada.

Esta Norma contém o anexo A, de caráter normativo.

iv

© ABNT 2005 Todos os direitos reservados

NORMA BRASILEIRA

ABNT NBR 14728:2005

Caçamba estacionária de aplicação múltipla operada por poliguindaste Requisitos de construção

1 Objetivo

Esta Norma estabelece os requisitos mínimos de construção da caçamba estacionária de operação múltipla operada por poliguindaste.

2 Definições

Para os efeitos desta Norma, aplicam-se as seguintes definições:

- 2.1 eixo longitudinal: Maior eixo horizontal da caçamba estacionária (comprimento).
- 2.2 eixo transversal: Menor eixo horizontal da caçamba estacionária (largura).
- 2.3 pinos de elevação: Eixos de diâmetro máximo de 51 mm e mínimo de 38 mm, dotados de cabeça e soldados aos reforços das laterais da caçamba estacionária, destinados ao engate das alças das correntes do poliguindaste para elevá-lo.
- 2.4 eixo de basculamento: Eixo de diâmetro máximo de 32 mm e mínimo de 25 mm, fixado através de suportes na(s) testeira(s) da caçamba estacionária, a fim de permitir seu basculamento através do engate do gancho de basculamento do poliguindaste.
- 2.5 tampa articulada: Painel ou painéis dotados de dobradiças para o fechamento das bocas de carga ou descarga das caçambas estacionárias.
- 2.6 tampa corrediça: Painel ou painéis corrediços para o fechamento das bocas de carga das caçambas estacionárias.

3 Requisitos gerais

- 3.1 A caçamba estacionária pode ou não ter tampas.
- 3.2 A caçamba estacionária pode ou não ter tampa corrediça e/ou tipo dobradiça.
- 3.3 A caçamba estacionária deve possuir ângulo de inclinação em pelo menos uma das testeiras, a fim de facilitar a descarga por meio de poliguindaste.

4 Requisitos específicos

4.1 Ângulo de inclinação

O ângulo de inclinação em pelo menos uma das testeiras deve ser no mínimo 45°

± 10%.



© ABNT 2005 Todos os direitos reservados

ABNT NBR 14728:2005

4.2 Dimensões

A caçamba estacionária deve ser fabricada dentro dos parâmetros dimensionais definidos na tabela A.1 e conforme figura A.1.

4.2.1 As dimensões constantes na tabela A.1 são consideradas dimensões internas da caçamba estacionária.

4.3 Volume

A caçamba estacionária deve possuir volumes nominais de 3 m ou menos de até 10%, quando dos tipos abertos.

³, 4 m ³, 5 m ³ e 7 m ³, com tolerância para mais

4.4 Capacidade de carga

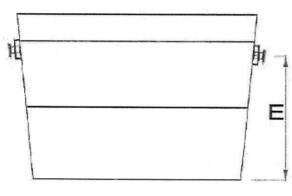
A caçamba estacionária deve ser fabricada de modo que suporte uma carga de resíduos com densidade máxima estabelecida na tabela A.2.



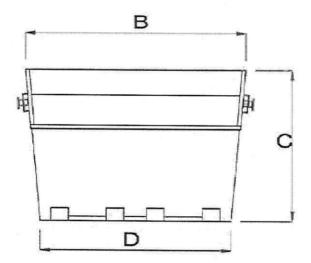
ABNT NBR 14728:2005

Anexo A (normativo)

Figura e tabelas

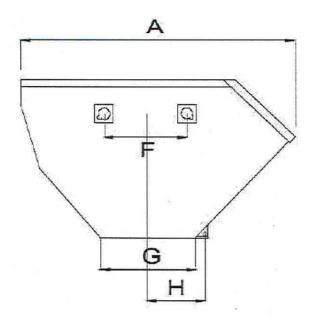


a) Vista frontal



b) Vista traseira

ABNT NBR 14728:2005



c) Vista lateral

Figura A.1 Caçamba es tacionária

Tabela A.1 Caçamba es tacionária (volume x dimensõ es)

Caçamba		Dimensões							
Volume m³	A mm	B mm	C mm	D mm	E mm	F mm	G	H mm	Tolerância
3	2 065 1	757 1	115 1 51)	860 8	0 720 445			± 10%
4	2 600 1	760 1	200 1 51	0	860 8	0 1	255	744	± 10%
5	2 650 1	760 1	390 1 51	0	960 1	400 1 230	750		± 10%
7	3 260 1	750 1	420 1 50	0	990 1	400 1 700	940		± 10%

A

ABNT NBR 14728:2005

Tabela A.2 Capacidade de carga da caçamba es tacionária

Resíduo (tipo de material)	Densidade máxima kg/m ³
Ahmúnio	2 000/2 500
Alumínio (sucata)	850/1 200
Areia molhada	2 000/2 200
Areia seca	1 500/1 600
Argamassa/argila	1 600/1 800
Argila	1 700/1 900
Cacos de telha	1 300/1 500
Cacos de tijolo	1 600/1 800
Cacos de vidro	500/650
Calcário	900/1 100
Cal solta	1 000/1 150
Cimento Portland	1 500/1 800
Cinza	500/800
Concreto	2 000/2 200
Efluente líquido	1 000/1 050
Effuente seco	900/1 000
Entulho (sobra de obras)	850/1 000
Escória básica	2 500/3 000
Ferro (estamparia)	1 000/1 200
Ferro (sucata)	2 000/2 200
Ferro fundido	7 000/8 000
Ferro fundido (sucata)	7 000/7 500
Ladrilhos (pedaços)	1 350/1 500
Lixo molhado	650/800
Lixo seco	350/400
Lodo seco	1 000
Lodo semilíquido	900/1 000
Madeira (pedaços)	600/800
Mármore (pedaços)	2 500/2 700
Minérios de ferro	2 500/2 600
Não-ferrosos (sucata)	850/1 200
Papel-papelão	500/700
Pedra britada	1 500/1 600
Тегга	1 000/1 200

NOTA A capacidade de carga da caçamba estacionária deve levar em conta o tipo e a densidade do material sólido, semilíquido ou líquido que deve ser coletado, assim como, com relação à capacidade do chassi do caminhão que define igualmente a capacidade do poliguindaste para transportar, transferir, depositar e bascular o seu conteúdo.

1







ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

		1. 1	PLACA DO	COLE	TA REAI	IZADA	
LOCAL/ENDEREÇO DE RETIRADA	N°	BAIRRO	VEÍCULO	NÃO	SIM		
PRACA DA FERRADURA	1	FERRADURA			1000 10000		
PRAIA DA FERRADURA	4	FERRADURA					
EM FRENTE A POLICLINICA	2	BARBUDA					
AV.JOSÉ BENTO R. DANTAS (EM FRENTE A WEST)) 1	PONTAL DA FERRADURA					
ENTRADA DA BRAVA	2	BRAVA					
RUA DA BRAVA	3	BRAVA				1	
ESTRADA DA USINA EM FRENTE AO HOTEL ATLÂNTIC	CO 2	USINA					
ESTRADA DA USINA EM FRENTE A LAGOA 1	1	USINA					
PRAIA JOÃO FERNANDES PROX. AO REST. A POMBA	A 4	J.FERNANDES			54		
PRAIA JOÃO FERNANDES PROX. AO REST. LÁ PLAGI	E 1	J.FERNANDES					
PRAIA JOÃO FERNANDES PROX. AO CORONADO BEAC	H 2	J.FERNANDES					
PRAIA JOÃO FERNANDES PROX. AO BAIA AMARELA	1	J.FERNANDES					
PRAIA JOÃO FERNANDES PROX. AO HOTEL COLONA	2	J.FERNANDES					
RAIA JOÃO FERNANDES PROX. AO HOTEL CORONADO	INN 1	J.FERNANDES					
PRAIA BRAVA EM FRENTE AO REST. ROCK	3	J.FERNANDES			10		
ESTRADA DA USINA EM FRENTE AO HOTEL DON QUIJO	OTE 2	USINA	.0				
RUA DO CELSO TERRA	1	CENTRO					
RUA CÉRSA AUGUSTO	4	CENTRO					
ESCOLAS POSTOS DE SAUDE							
	***************************************		1				
Secretaria de Serviços Públicos - 1			Sacr	retaria de Se	ruicos Dúl	blicos 2	





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

ANEXO II - PLANILHA ORÇAMENTARIA

item	quant	unid	especificação	ITEM EMOP	preço unit	preço total
		34	EQUIPAMENTOS			
1	10,00	um	Locação de caçamba de aço tipo container com 5m³ de capacidade, para retirada de entulho de obra, inclusive carregamento, transporte e descarregamento, exclusive taxa para descarga em locais autorizados e/ou licenciados (vide item 04.014.0110). Custo por unidade de caçamba	04.014.0095- 0	243,80	, SA
			O período de permanência da caçamba na obra ou local é de até 48 horas	1204	1	
			Transferencia Memoria de calculo		V*D*Q=	29.256,00
			Retirada de Entulho com Caçamba	50.85		= 0
	SUB- TOTAL			29.256,00	L	
	BDI 15,48%			4528,83		
			TOTAL GERAL			33.784,83

Memória de calculo

C= cacambas

T= Tempo de permanencia da cacamba no

local 48H

D= dia convertido 48H = 2 Dias

Q= quantidade de cacambas

M= mês

Onde teremos

E= estacionamento 48Hs = 02 dias corridos Onde D= 12 Vum= valor da locação unidade Vum*D*Q= 29.256,00 - ONDE: 243,80 * 12 * 10 = 29.256,80



33.784,83



ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A firma abaixo se propõe <u>a fornecer o objeto deste edital, conforme discriminado no Termo</u> <u>de Referência – Anexo II</u>, pelos preços e condições assinalados no presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Empresa:))
Endereço:	A STATE OF THE STA		Cidade:	
Estado:CEP:	Telefone:	Fax:	E-mail:	
CNPJ:	Insc Estadual:		_Insc Munic.	

tem	quant	unid	especificação	ITEM EMOP	preço unit	preço total
			EQUIPAMENTOS	·		
			Locação de caçamba de aço tipo container com 5m³ de capacidade, para retirada de entulho de obra, inclusive carregamento, transporte e descarregamento, exclusive taxa para descarga em locais autorizados e/ou licenciados (vide item 04.014.0110). Custo por			,pe
1	10,00	um	unidade de caçamba	04.014.0095-0		720
			O período de permanência da caçamba na obra ou local é de até 48 horas	1204		
			Transferencia Memoria de calculo		V*D*Q=	
	110		Retirada de Entulho com Caçamba		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
	SUB-			1		
	TOTAL					
	BDI 15,48%					
			TOTAL GERAL			





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

	,
1	- PREÇO TOTAL OFERTADO
	1.1 - O preço total ofertado é R\$ (por extenso).
	1.2 - O preço ofertado inclui todos os custos de, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições para fiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital de Pregão - nº004/2021.
	1.3 - Os preços ofertados contemplam o valor do ICMS devido: () SIM () NÃO
	2 <u>– DO PRAZO DE EXECUÇÃO:</u>
	2.1 - O prazo de execução dos serviços será de até 12 (doze) meses conforme Termo de Referência — Anexo II
	2.2 – Os serviços deverá atender ao quantitativo mínimo por pedido , fixado no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II do edital.
	3 - <u>DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA</u> :
	3.1 - O prazo de validade desta proposta comercial é de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega ao pregoeiro, observado o disposto no caput e parágrafo único do art 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
	4 - DADOS BANCÁRIOS:
	BANCO:
	CONTA CORRENTE
	AGÊNCIA

Local e Data

PROPOSTA COMERCIAL

Assinar e carimbar





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

ANEXO IV - CARTA DE CREDENCIAMENTO

Α	Empresa				sediada	à	Rua	(Av.,	Al.,	etc.),
	de									
(sóci	o gerente, pr	oprietário),	através da ¡	oresente cre	edenciame	nto,	consti	tui, par	a os fir	ns de
repr	esentação pei	rante aos p	rocedimento	s do Pregão	Presenci	ial N	2/2	021, re	alizado	pelo
	icípio de Arma									
da	cédula de	identidade	(ou outro	tipo de	document	o d	e ide	ntificaç	ão) Ro	3 nº
		, com	amplos pod	eres de d	ecisão, p	oden	do, p	ara ta	nto, p	restar
escla	arecimentos, o	dar lances d	e preços, as	sinar atas,	interpor e	renu	unciar	a recui	rsos, re	ceber
noti	ficações e intir	mações, (d	emais poder	es considera	dos neces	sário	s) em r	nome de	esta em	presa
defe	nder seus dire	eitos.								
		Localid	ade, em	de		de 20)21.			
			Assinatura do	representa	inte legal	e o				, a
			carimbo	do CNPI da	empresa					

OBSERVAÇÕES:

- a) Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa licitante e assinado por seu **representante legal**, e apresentado ao pregoeiro fora de qualquer envelope;
- **b)** Este documento de credenciamento poderá ser substituído por Procuração, na forma do item 4.2 do Instrumento Convocatório.
- c) Em qualquer dos casos (este Anexo ou Procuração) deverá ser juntado documento que comprove o poder de delegação do outorgante.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO POSSUI MENORES DE IDADE NO SEU QUADRO FUNCIONAL

0	(A)	empresa _		inscrita	no	CNPJ
nº	N#303340		, sediada	na _		
33.55			, DECLARA que não poss	ui no seu	ı qua	dro de
ins ap	alubr rendiz	e e menor de z, a partir de 1	dor menor de 18 (dezoito) anos atuando em trabalho 16 (dezesseis) anos atuando em qualquer trabalho, s L4 (quatorze) anos, em cumprimento ao disposto no a al, conforme determina o artigo 27, inciso V, da Lei nº	salvo na o rtigo 7º,	condi inciso	ção de
			(Local e Data)			n's
			(Assinatura e Carimbo do Declarante)			





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À PREFEITUA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS

Estrada da Usina, nº 600, centro, Armação dos Búzios/RJ.

Ref. ao Pregão Presencial № 004/2021

DECLARAMOS ter conhecimento do Edital do Pregão Presencial № 004/2021 que atendemos plenamente todos os requisitos e condições de habilitação desta licitação, não havendo nada que nos desabone.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,

Local e data

Carimbo da Empresa

Assinatura do Representante Legal







ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ref.: Pregão Presencial Nº 004/2021

no, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.)
() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4° do artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
(Local e Data)



(Representante Legal)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

Α	firm	na	1	Empresa				,Sediad	da na	rua
51.5		entinology	•	RATE (COMPANY MEMORY) CHARLES COMPANY		,nº		(cidade)	(estado),	
in	scrita	no	Cad	astro Nacior	al de Pessoa Ju	rídica (C.N.P.J)	sob nº	por se	eu represer	ntante
					orietário , etc.) [
					gal para licitar					
					r ocorrências pos					
					, de		c	le	<u>-</u>	
										u 87
								_		
					Assinatura	do representar	nte legal			





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

ANEXO IX - DECLARAÇÃO DECLÍNIO DE VISITA TÉCNICA

A empresa	_, inscrita no CNPJ nº							
por intermédio de seu representante legal, o Sr.	(a), portador (a) da carteira							
de identidade nº e do CPF nº	, DECLARA declinar da possibilidade de							
realizar VISITA TÉCNICA para a obtenção de ma	ores informações sobre o objeto deste Pregão,							
conforme dispõe o edital da licitação em referê	ncia. Declaramos, ainda, sob as penas da Lei, de							
que temos pleno conhecimento das condições	e peculiaridades inerentes à natureza do objeto							
deste pregão, assumindo total responsabilidade	oor esse fato e informamos que não utilizaremos							
para qualquer questionamento futuro que ensej	am avenças geográficas, técnicas ou financeiras,							
isentando a Prefeitura Municipal de Armaçã	o dos Búzios, de qualquer reclamação e/ou							
reivindicação de nossa parte. Declaramos que o	quadro técnico da empresa tomou conhecimento							
das reais condições de execução dos serviços, ber	das reais condições de execução dos serviços, bem como coletaram informações de todos os dados							
e elementos necessários à perfeita elaboração	e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por							
manter as garantias que vincularem nossa propo	sta ao presente processo licitatório, em nome da							
empresa que represento								
·								



Assinatura do representante legal



ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

ANEXO X - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

CERTIFICADO DE CONHECIMENTO DOS SERVIÇOS VISITA TÉCNICA

Atentamos, para os fins de direito, que temos pleno conhecimento dos serviços a serem realizados, das condições gerais e particulares, e que tomamos ciência das especificações e locais pertinentes do objeto do Pregão Presencial nº.004/2021.

	(Representante legal da empresa)
Nome:	(Representance logar du emprese)
Identidade:	
CPF:	
Nome:	(Responsável Técnico da empresa)
Identidade:	
CPF:	
E para firm	nar, assinamos o presente.

Assinatura Representante Legal da Empresa

Assinatura do Responsável Técnico

Coordenadoria Especial de Licitações (22) 2633-6000 licitacao@buzios.rj.gov.br





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

Secretaria Municipal de Serviços Públicos

ANEXO XI - "MODELO PADRÃO – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO"

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial nº 004/2021,	
legal o (a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade no, DECLARA, sob as penas da lei, para fins do Pregão Presencial nº 004/2021, a in quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha rou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros do quadro da Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios, nos cargos de direção exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes po	existência no existência no eta, colatera de ocupantes o e chefia ou
Local e Data	*
(representante legal)	







ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

ANEXO II - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

REFERÊNCIA	1º MÊS	2º MÊS	3 MÊS	4º MÊS	5° MÊS	6º MÊS
Total no mês:	33.784.83	33.784,83	33.784,83	33.784,83	33.784,83	33.784,83
% do valor total	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
Total Acumulado:	33.784,83	67.569,66	101.354,49	135.139,32	168.924,15	202.708,98

7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10° mês	11° mês	12° mês
33.784.83	33.784,83	33.784,83	33.784,83	33.784,83	33.784,83
8.33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,34%
236.493.81	270.278,64	304.063,47	337.848,30	371.633,13	405.417,96





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

ANEXO XIII - MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO № 495/2021						
CONTRATO Nº/21						
Por este Termo de Contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, neste ato						
representado pelo (a) Secretário (a) Municipal de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx						
Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxxx e CPF Nº xxxxxxxxxxxxxx, doravante simplesmente						
denominado como CONTRATANTE, e de outro lado a firma						
com sede social à, no município de, inscrita no						
CNPJ sob o nº, tem como representante legal Senhor						
, portador da carteira de identidade nº, e do CPF sob						
o nº, doravante simplesmente designada como CONTRATADA, têm entre						
si, justo e contratado o que se segue, que mutuamente aceitem e se obrigam a cumprir mediante						
as cláusulas e condições abaixo especificadas, a saber:						
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: A CONTRATADA, vencedora da Licitação do tipo menor preço						
por item, referente ao PREGÃO Presencial № xxx/2021, obriga-se a prestação dos serviços de						
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx						
e seus Anexos.						
CLÁLICIUA CECUADA DO MALOR PO CONTRATO. O valer elebal deste contrato á de PC						
<u>CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO:</u> O valor global deste contrato é de R\$						
xxxxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx						
CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO: Para efeito de pagamento, a licitante contratada deverá						
apresentar a documentação para a cobrança respectiva à Secretaria solicitante, preferencialmente						



até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

Parágrafo Primeiro - Para execução do pagamento, a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial que apresentou a documentação na fase de habilitação, sem emendas, rasuras ou borrões, legível e em nome da Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios, CNPJ/MF nº 01.616.171/0001-02 situada à Estrada da Usina, nº 600, Centro, Armação dos Búzios - RJ.

Parágrafo Segundo - O pagamento será efetuado pela Secretaria Solicitante, à medida que os serviços forem executados, mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da nota fiscal apresentada pela contratada, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas.

Parágrafo Terceiro - As falhas na execução dos serviços importarão no pagamento proporcional à qualidade dos serviços realizados, sendo facultado à administração pública demandar contra a contratada eventual prejuízo percebido pela inexecução total ou parcial do fornecimento dos itens / serviços contratados.

Parágrafo Quarto - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios, o valor devido poderá ser acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

Parágrafo Quinto – O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário responsável pela pasta requisitante, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido ao titular daquela secretaria.

Parágrafo Sexto - Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da licitante contratada, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a correspondente lei municipal do município de Armação dos Búzios, com suas alterações e regulamentações posteriores.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

Parágrafo Sétimo - Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

Parágrafo Oitavo - Caso se efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, poderá ser descontado da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

CLAUSULA QUARTA – DO REAJUSTE E REVISÃO

Parágrafo Primeiro - A revisão do contrato obedecerá aos critérios previstos pela Lei Federal nº 8.666/93, assegurando-se aos Contratantes o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Parágrafo Segundo - O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, mediante negociação entre as partes e a formalização do pedido pela CONTRATADA, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ocorrida nos últimos 12 (doze) meses.

<u>CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:</u> Os preços apresentados terão os seus valores em reais e ocorrerá pela Dotação nº xxxxxxxxxxxx, Ficha xxxxxxxxx, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

A execução dos serviços será iniciada após comunicação formal do Fiscal do Contrato à CONTRATADA no prazo de até 5 dias úteis da assinatura do Contrato.

O prazo geral para entrega da caçamba é de até 02 (dois) dias úteis contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, enviada à contratada através de meio eletrônico ou oficio;

Excepcionalmente poderá ser estipulado prazo diverso, desde que justificado e devidamente aceito pelas partes;

A caçamba deverá permanecer no local indicado pela PMAB durante o período de 48 (quarenta e oito) horas, fazendo jus a cobrança do valor indicado na proposta comercial para o respectivo período;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

A caçamba poderá permanecer no local indicado pela CONTRATANTE por mais de 48 (quarenta e oito horas), fazendo jus a cobrança no valor indicado na proposta comercial da CONTRATADA respeitando-se sempre esta periodicidade mínima.

A entrega da caçamba deve ser feita pela CONTRATADA com o acompanhamento do fiscal do contrato:

Os serviços deverão ser prestados no município de Armação dos Búzios, no horário de 8:30 às 17:00, de segunda a sexta-feira, em datas a serem pré-agendadas junto ao fiscal do contrato, observado o item 3.2.

Considerando a natureza excepcional da situação ou impossibilidade das execuções se darem no período mencionado anteriormente, a critério do Fiscal, os serviços poderão ocorrer nos finais de semana e feriados, após autorização por escrito do Fiscal.

Caso exista a necessidade de recolhimento de forma extraordinária, deverá ser providenciado em até 24 (vinte e quatro) horas após solicitado pela PMAB.

As caçambas somente serão coletadas e entregues mediante recibo/relatório, em 2 (duas) vias, devidamente assinada pelas partes, com indicação de data, horário e local da caçamba alvo da coleta/entrega.

Uma das vias deverá ficar com o servidor responsável pelo acompanhamento da coleta ou fiscalização contratual.

Somente serão pagos mensalmente os serviços efetivamente realizados.

O serviço de coleta, transporte e destinação final consiste em coletar os resíduos dispostos nas caçambas e transportá-los até o destino final para disposição em local ambientalmente adequado, conforme orientado pelas legislações vigentes e órgãos competentes.

A destinação ou disposição final dos resíduos sólidos não perigosos coletados deverá ser dirigida a aterro sanitário indicado expressamente pela CONTRATADA em sua proposta;

O aterro sanitário indicado deve estar devidamente regularizado e certificado pelos órgãos competentes;

Qualquer alteração do local de disposição final, ao longo da execução contratual, deverá ser comunicada à CONTRATANTE com antecedência de 10 (dez) dias úteis, acompanhada da respectiva documentação exigida pela legislação ambiental.

À CONTRATADA são proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos e/ou rejeitos:





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

Lançamento em quaisquer corpos hídricos;

Lançamento in natura a céu aberto;

Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

Deposição inadequada no solo;

Deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;

Lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;

Infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental estadual competente;

Utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente;

Utilização para alimentação humana, e demais formas vedadas pelos órgãos competentes;

A responsabilidade pelos resíduos sólidos urbanos não perigosos, produzidos pela CONTRATANTE e recolhidos pela CONTRATADA, incluindo a respectiva destinação ou disposição ambientalmente adequada desses é da CONTRATADA, devendo a mesma ressarcir à CONTRATANTE quaisquer despesas que esse venha a ter em razão de débitos, multas e/ou infrações, aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais ou distritais;

As caçambas que apresentarem defeito, furo, ferrugem, amassos ou pintura incompleta de modo a prejudicar a melhor execução dos serviços deverão ser substituídas no prazo de 12 (doze) horas, a partir de comunicação da fiscalização à CONTRATADA.

Todos os custos e despesas referentes à substituição dos referidos equipamentos correrão a expensas da CONTRATADA;

A equipe coletora da CONTRATADA deverá recolher, manusear e transportar todos os resíduos de forma cuidadosa, a fim de não poluir, espalhar ou sujar o ambiente onde se encontra a caçamba;

Caso devido ao manuseio dos equipamentos no momento da coleta a situação do item acima vier a ocorrer, a equipe da CONTRATADA deverá, imediatamente, varrer, recolher e recolocar em recipientes próprios da CONTRATADA os respectivos resíduos;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

O responsável pela operação de coleta deverá assegurar-se que os contentores estejam íntegros, devidamente vedados e amarrados de forma segura, sem risco de acidentes ou derramamento do resíduo;

É de responsabilidade da CONTRATADA a limpeza dos resíduos em casos de vazamentos de lixo no local de recebimento ou no trajeto até a sua destinação ou disposição final;

Os empregados da CONTRATADA deverão realizar os serviços devidamente uniformizados e munidos de equipamentos de proteção individual (EPIs) e de todos os materiais necessários à execução das atividades, sendo responsabilidade da CONTRATADA a reparação de danos causados aos trabalhadores por eventuais acidentes de trabalho;

Os locais de distribuição e de localização das caçambas encontram-se listados no Anexo II;

Nos valores do serviço, propostos pela licitante, deverão estar previstos, para a regular prestação dos serviços, o fornecimento das caçambas, manutenções preventiva e corretiva, limpeza, materiais, equipamentos, mão de obra, equipamentos de proteção individual, uniformes, tributos, impostos, licenciamentos, taxas, seguros, multas, fretes, pedágios, estacionamentos, acidentes, encargos, lucros, e quaisquer outras despesas que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação. Caso entenda necessário, a CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA a apresentação da planilha aberta de custos que contemple todos estes valores.

Parágrafo Segundo - Os objetos serão recebidos na forma abaixo discriminada, observado o disposto no art. 73, II da Lei 8.666/93:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;

<u>CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA:</u> Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57, II da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

Parágrafo Primeiro - O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80 da lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no artigo 80, incisos I a IV, parágrafo 1º a 4º, da Lei citada.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Parágrafo Primeiro. No caso de descumprimento total ou parcial das condições do edital e/ou do Termo de Contrato, a Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como, no que couberem, as disposições contidas na Lei Estadual nº 287, de 04.12.79, e suas regulamentações e, em especial, as seguintes sanções:

- Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de prestação de serviços, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;
- II. Multa administrativa corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas, observando-se ainda os casos previstos no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) do Termo de Referência Anexo I do edital de licitação.
- III. Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- Não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- V. Deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

VI. Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme previsão legal pertinente ao tema.

Parágrafo Segundo. As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a Municipalidade rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

Parágrafo Terceiro. Em não havendo êxito na cobrança administrativa para o seu pagamento voluntário, as multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas da garantia prestada pela contratada e, caso sejam de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do artigo 86 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Quarto. A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Municipalidade de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES</u>

I - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Recolher a caçamba com o material, quando solicitado pela CONTRATANTE;

Apresentar o comprovante de descarrego do Aterro Sanitário.

Emitir a fatura com o valor correspondente ao serviço executado.

Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos físicos ou materiais causados diretamente à PMAB ou a terceiros,

W



ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

decorrentes de sua culpa ou dolo, seja por ação, omissão ou desrespeito às normas de segurança, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme determina o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do serviço.

Garantir a proteção e segurança das pessoas envolvidas direta ou indiretamente na realização do serviço; arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da realização do serviço.

Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XIII, art. 55, da Lei nº 8.666/1993;

Na hipótese do inadimplemento do subitem anterior, a CONTRATADA será notificada, no prazo definido pela PMAB, para regularizar a situação, sob pena de rescisão da contratação (Art. 78, inciso I da Lei n.º 8.666/1993), além das penalidades previstas no Edital, no Termo de Referência, no Instrumento Contratual e na legislação pertinente.

Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de cada item contratado, desde que a despesa não esteja liquidada.

Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do edital e seus anexos; manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual; executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela CONTRATANTE;

Assinar o instrumento contratual no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação formal da Administração convocando para esse fim;

Providenciar que seus profissionais utilizem os equipamentos de proteção – EPI, de uso obrigatório durante o exercício de suas atividades, em conformidade com as normas de segurança do trabalho vigentes;

Observar por si e por seus prepostos, as normas de procedimento, segurança e disciplina interna da CONTRATANTE, sempre que adentre em suas instalações;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

Responsabilizar integralmente pelas despesas relativas aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, transporte e impostos que se fizerem indispensáveis á perfeita e completa execução do serviço.

Facilitar a ação dos fiscais e gestores dos contratos, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e exigências apresentadas por eles;

Atender com presteza às reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando a sua imediata correção, sem ônus para o CONTRATANTE.

Comunicar ao fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

II. DA CONTRATANTE

Emitir Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento;

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela empresa contratada, de acordo como os termos deste documento:

Reservar local apropriado para o recebimento das caçambas;

Disponibilizar servidores para o recebimento/recolhimento das caçambas no horário acordado;

Receber o objeto de acordo com as especificações descritas neste Termo de Referência;

Permitir o livre acesso dos empregados da empresa nas dependências da Contratante para entrega do objeto deste Termo de Referência, desde que uniformizados e identificados com crachá;

Efetuar o pagamento à CONTRATADA, pela execução dos serviços prestados nos termos e prazos contratualmente previstos, após a plena verificação de todas as fases merecedoras de fiscalização e da devida aprovação (mensal) por parte do fiscal de contrato frente ao relatório mensal emitido por preposto, informando do sucesso observado nas entregas solicitadas;

Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por intermédio de representante especialmente designado;

Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares contratuais;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

Utilizar de maneira adequada os equipamentos disponibilizados em caráter de locação;

Não efetuar e não permitir que terceiros façam qualquer intervenção e/ou modificação de quaisquer parâmetros de configuração do equipamento instalado pela CONTRATADA, inclusive reparos e manutenção no referido equipamento

Informar a CONTRATADA, qualquer ocorrência que possa comprometer o serviço de locação,

Responsabilizar-se pela guarda e conservação do equipamento locado da CONTRATADA, mantendo-se como fiel depositária deste;

Permitir, desde que previamente agendada, o livre acesso de funcionários da CONTRATADA devidamente identificados, ao endereço que consta o equipamento locado para a realização de vistorias, manutenção e ou retirada do mesmo;

Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que sejam sanadas as ocorrências, com as devidas reparações ou correções;

<u>CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO:</u> O objeto da licitação será acompanhado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS e fiscalizado por servidor formalmente designado pela Secretaria Municipal Contratante, conforme o caso, que determinará o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos.

Parágrafo Primeiro - À fiscalização ficam reservados o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no presente, e, em tudo o mais referente à aquisição dos produtos, desde que não acarrete ônus para a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS ou modificação do Termo.

Parágrafo Segundo - A Contratada submeterá a todos os métodos de inspeção, verificação e controle adotado obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias para execução da entrega.

Parágrafo Terceiro - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada em relação à PREFEITURA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS e a terceiros.

Parágrafo Quarto - Para fiscalizar a execução dos serviços os servidores serão designados em ato próprio.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

<u>CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO:</u> O prazo para início da prestação do serviço contratado será de até 05 (cinco) dias, a partir do recebimento da Ordem de Início de Serviço.

Parágrafo Único - O prazo geral para entrega da caçamba é de até 02 (dois) dias úteis contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, enviada à contratada através de meio eletrônico ou ofício;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

A execução do contrato será por 12 (doze) meses, a partir do recebimento da Ordem de Execução de Serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

A contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Anexo I (Termo de Referência):

A contratada deverá dispor de técnicos responsáveis para a execução dos serviços de modo a assegurar a garantia dos resultados, incluindo todas as despesas de transporte e instalações;

<u>CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:</u> O regime de execução deste contrato é de empreitada por preço unitário, pelo critério de julgamento de menor preço global.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:</u> Aplica-se a este contrato e aos demais casos omissos, as disposições previstas pela Lei Federal nº 8666/93, bem como as demais legislações pertinentes.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO:</u> Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Armação dos Búzios – RJ.

Por estarem assim justos e contratados, fizeram as partes este instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e um só efeito, que vão assinados na presença de testemunhas a tudo presente.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO COORDENADORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 PROCESSO: 495/2021

	Armação dos Búzios/RJ, _	de	de 2021.
2		a) Benederated	
CONTRATANTE		CONTRATADA	
TESTEMUNHAS:			

